

Relator de comissão vira estrela da Constituinte

BRASÍLIA — Quando os anteprojetos aprovados pelas 24 subcomissões forem encaminhados às respectivas comissões temáticas amanhã, terá início a segunda etapa da elaboração da futura Constituição. Nesta fase, as atenções estarão voltadas para oito relatores — todos do PMDB —, incumbidos de redigir o projeto que será enviado à Comissão de Sistematização, em 15 de junho.

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, reuniram-se com todos os relatores, separadamente, articulando a unidade em torno de temas essenciais ao programa partidário. Manifestaram a preocupação com os pontos mais polêmicos em cada capítulo constitucional e com a composição ideológica possível em cada comissão, para garantir aprovação das teses do PMDB.

Afinados ou não com a cúpula pemedebista, estes oito homens serão responsáveis pela conciliação das disputas internas nas comissões e redação final dos projetos

que ainda vão ser apreciados pela Sistematização. Boa parte deles tem sua marca nos anteprojetos dos relatores das subcomissões, com os quais são "afiados". É o caso de José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que contribuiu muito na elaboração do parecer do deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ), relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias.

Pode-se dizer o mesmo do deputado Egidio Ferreira Lima, relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que reuniu-se várias vezes com o senador José Fogaça (PMDB-RS), para a elaboração do parecer da Subcomissão do Poder Executivo. É o caso, ainda, do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que assessorou o relator da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição da Receita, deputado Fernando Coelho (PMDB-PE). É do Pará o relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel.

Prisco Vianna Sobretudo, fidelidade ao governo

O deputado Prisco Vianna (PMDB-BA) é um dos mais confiáveis relatores que o Governo tem na Assembleia Constituinte. Por isso poucos esperam que a Comissão de Organização Eleitoral e Garantia das Instituições promova mudanças substanciais na Constituição do país. Essa é a comissão de Prisco Vianna, mas ele diz que os relatórios que receberá nesta segunda-feira refletem perfeitamente o pensamento da maioria dos constituintes.

Amigo do presidente Sarney desde 1973, quando era secretário geral da Arena, Prisco sempre teve fama de parlamentar trabalhador, dedicado a assuntos jurídicos e exímio conhecedor dos regimentos que normatizam a vida do Congresso. Foi com esse argumento que o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, se aproximou dele há dois meses para convidá-lo a ser relator da Comissão.

A escolha de Prisco naturalmente deixou preocupados os parlamentares de esquerda, como José Genoíno (PT-SP), Iram Saraiva (PMDB-GO) e Haroldo Lima (PC do B), certos de que o relator não fará nada para alterar, por exemplo, o anteprojeto preparado pelo relator da subcomissão de Defesa do Estado, Ricardo Fiúza (PFL-PE). Este anteprojeto absorveu todas as sugestões apresentadas pelo Ministério do Exército para a Constituinte, e cortou pela raiz a ideia de se criar um Ministério da Defesa.



José Paulo Bisol Um jurista com apoio na esquerda

O senador José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, é integrante da ala progressista do PMDB, considerado um homem de esquerda. Jurista respeitado no Rio Grande do Sul, onde ocupou até 1979 o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, Bisol elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1982, conquistando notoriedade junto à comunidade gaúcha pelos conselhos jurídicos prestados no programa TV Mulher, da TV Gaúcha.

Dentro do PMDB, impôs presença no ano passado quando na condição de líder do partido na Assembleia Legislativa, ameaçou romper com o partido e disputar a indicação da convenção para ser candidato ao governo gaúcho se o então senador Pedro Simon fizesse aliança com o PDS ou PFL. Apoiado pela ala radical do PMDB gaúcho, cujas bases repudiavam qualquer coligação, Bisol acabou candidato ao Senado, na sublegenda com o ex-líder na Câmara, Odacir Klein.

Na Constituinte, votou pela não participação dos senadores eleitos em 82 na Assembleia e votou favoravelmente à convocação do ex-ministro Dilon Funaro. Com 58 anos, casado, três filhos, Bisol tem se articulado, dessa sua indicação para relator da comissão com os relatores da Subcomissão dos Direitos Políticos, deputado Lysaneas Maciel, e da Subcomissão da Nacionalidade, João Hermann, nas quais defenderam pontos de vistas comuns.

José Serra Economista encontra o seu tema

O economista e ex-secretário do Planejamento do governo Franco Montoro (SP), deputado José Serra, não terá dificuldades na elaboração do projeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, temas com os quais trabalha há muitos anos e tem sido assunto de diversos artigos publicados.

Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ligado à AP (Ação Popular), tendência de extrema esquerda, Serra voltou à política como técnico, em 1983, ocupando a Secretaria de Planejamento do Governo Paulista. Neste interím, esteve exilado no Chile e cursou doutorado em economia na Cornell University, nos Estados Unidos.

Serra era considerado o "homem forte" do governo Montoro. Dentre os políticos paulistas, possui estreitas ligações com o senador Fernando Henrique Cardoso e atritos com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Cauteloso, evita fazer declarações políticas. O deputado paulista foi um dos mais cotados para suceder Dilon Funaro no Ministério da Fazenda, mas não recebeu o apoio necessário do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

Sua participação nas atividades das três subcomissões afetas a sua comissão temática foi intensa, principalmente na de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas.



Ferreira Lima O homem que desmanchará grandes nós

Os pemedebistas defensores de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney e do sistema parlamentarista têm tanta confiança no deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que queriam fazer chegar a ele, sem ser votado, o anteprojeto do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da subcomissão do Poder Executivo. Fogaça sugere mandato de quatro anos para o presidente da República e institui o sistema parlamentarista de governo. Egidio Ferreira Lima é o relator da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo.

Ele conseguiu seu primeiro mandato em 1951, quando se elegeu vereador pela cidade de Timbaúba, em Pernambuco. De 1957 até 1965, quando foi cassado, exerceu mandatos de deputado estadual. Desde 1983 é deputado federal. Da ala progressista do PMDB, o deputado Egidio Ferreira Lima terá a função de apresentar um anteprojeto que irá à Comissão de Sistematização propondo o tempo de mandato da Presidência da República, o sistema de governo, e as atribuições de cada um dos poderes da União.

Na comissão de Egidio Ferreira Lima vão ser resolvidos os grandes nós da política brasileira e, principalmente do PMDB, hoje dividido na questão da duração do mandato do presidente e do sistema de governo. Ele terá que relatar propostas que vão provocar verdadeiras guerrilhas de obstrução, pressões e artimanhas políticas.

Artur da Távola Rádio-TV, ciência, educação

O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, já tem alguma experiência como constituinte. Ele ajudou a escrever a Constituição do Estado da Guanabara, no período 1961-62, como deputado estadual pelo PTN. Em 62, se elegeu novamente deputado estadual. Já pelo PTB. O nome de batismo dele é tão grande quanto o da comissão que vai relatar: Paulo Alberto Artur da Távola M.M. de Barros. Artur da Távola era o pseudônimo que ele usava para assinar uma coluna no jornal *O Globo* sobre televisão. Ele adotou o pseudônimo como nome para poder usá-lo na campanha de 86.

Quando foi indicado relator dessa comissão, Artur da Távola pediu demissão do cargo que ocupava há anos no jornal, por achar que não é compatível com a função que vai exercer na Constituinte. Ele terá que se manifestar sobre delicadas questões de Ciência e Tecnologia e Comunicações. Os constituintes vão tentar, na comissão temática, por exemplo, o restabelecimento da proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que teria a atribuição de definir a política de concessões de canais de rádio e televisão. Essa questão provocou grandes debates na subcomissão, quando a proposta foi derrubada.



José Richa Um moderado à frente da Organização

Um dos expoentes do PMDB, o senador José Richa, ex-governador do Paraná é o relator da Comissão da Organização do Estado. Como tal, deverá acolher as teses de fortalecimento da federação, estados e municípios e de descentralização administrativa, ideias sempre defendidas em sua vida pública.

Dentista, jornalista e empresário, Richa é amigo do presidente José Sarney — para quem defende um mandato de cinco anos — e, ao mesmo tempo, do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que prega um mandato presidencial de quatro anos. Este é mais um indício de bom trânsito em várias áreas, inclusive a militar, de Richa, um dos presidentes do maior partido político do país.

Definido como um político "moderado", com capacidade de boa costura de bastidor, o senador ingressou na política pelo antigo PDC (Partido Democrata Cristão) e, enquanto estudante, foi presidente da União Paranaense de Estudantes, apoiado por setores da direita. No ex-MDB, elegeu-se deputado federal duas vezes. Foi prefeito de Londrina e senador. Governou o estado de 1983 a 86, quando desincompatibilizou-se para concorrer novamente ao senado pelo PMDB.



Severo Gomes Peça-chave para nova economia

Dono de uma ecletica e por vezes contraditória carreira política, o senador Severo Gomes (PMDBSP) tem uma explicação sucinta para as razões que o levaram a ocupar o cargo de relator da Comissão da Ordem Econômica, uma das mais importantes da Constituinte: "Eu apenas disse ao partido que gostaria de ser o relator, e todos concordaram", diz ele.

Antes de conquistar essa unanimidade do PMDB, Severo Gomes foi ministro da Agricultura no governo Castello Branco e ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel. Após se desvincular do regime militar, principalmente pelas posições nacionalistas que defendia, cuidou por cinco anos das vacas que cria em uma fazenda de 600 hectares em São José dos Campos, até se elegeu senador em 1982.

Severo será agora peça-chave na definição do modelo econômico que o Brasil adotará após a Constituinte. Caberá a ele preparar um anteprojeto, a ser votado



pelos parlamentares da comissão, que contemplará temas tão diferentes como o papel das empresas privadas e estatais, a utilização do solo urbano e a reforma agrária no país.

"Como relator, não convém que eu saia por aí dando opiniões, mas acredito que a nova economia não será tão diferente da atual", prevê o senador. Não se espere dele, por exemplo, grandes inspirações privatizantes ou estatizantes. "Quem vai achar possível hoje privatizar empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás?", desafia. "Precisamos reconhecer que as empresas estatais nesse país foram a fonte de milhares de empresas privadas".

Se não houvesse uma siderúrgica estatal em Volta Redonda, diz Severo, não haveria indústria automobilística. Para ele o que a Constituinte deve fazer é estabelecer normas de controle das estatais. Essas empresas, na sua opinião, só poderiam ser criadas por lei, e deveriam ser objeto de permanente acompanhamento por uma comissão do Congresso Nacional.

O senador é contrário à estatização dos bancos nacionais, mas encara com simpatia a nacionalização dos bancos estrangeiros que operam no país. Apesar disso, ele acredita que o capital estrangeiro não tem razões para temer a Constituinte, mesmo que preocupado com a extensão da reserva de mercado para outros setores da economia. "A Lei de Informática foi aprovada pelo Congresso na vigência da atual Constituição", recorda.